

ATUAÇÃO: DIREITOS COLETIVOS NA CONTEMPORANEIDADE

ATUAÇÃO: COLLECTIVE RIGHTS IN CONTEMPORARY TIMES

Chegamos à terceira edição *on-line* da *Atuação: Revista Jurídica do Ministério Público Catarinense*. Presente no Ministério Público de Santa Catarina desde 2003, a *Atuação* nasceu com a intenção de promover o aperfeiçoamento e difundir as atividades funcionais, científicas, técnicas e culturais da Instituição. Em 2018, migrou para a plataforma OJS, passando a ser publicada somente em formato eletrônico, a fim de alcançar o universo acadêmico, em consonância com os critérios estabelecidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), com o objetivo de expandir o conhecimento jurídico.

Desde a migração para essa nova plataforma digital, a *Atuação* tem se dedicado a adequar a revista aos padrões de periódicos acadêmicos de prestígio e projetar seu alcance. Além de todos os cuidados no processamento de cada texto, temos ampliado as indexações da revista, traduzimos o site para a língua inglesa, e esta é a primeira edição cujos artigos passam a receber o registro DOI.

A edição de volume 14, número 30, da *Atuação* inicia com o artigo *Processo penal constitucional e a questão do mandado de busca e apreensão coletivo*, em que Antonella Spinelli Paciello e Henrique da Rosa Ziesemer discutem sobre a inviolabilidade constitucional do domicílio, com o objetivo de atingir uma conclusão da constitucionalidade do mandado de busca e apreensão genérico, em razão do conflito dos direitos individuais e coletivos.

Dinalva Souza de Oliveira, com o artigo *Os desafios para a implementação do direito fundamental à cidade sustentável*, entre outros pontos, pretende refletir sobre a proteção constitucional do meio ambiente, abordando o princípio da sustentabilidade e utilizando o método indutivo e a pesquisa qualitativa, bibliográfica e documental.

O advogado José Luiz de Moura Faleiros Júnior juntamente com Gabriela Roth aborda a necessidade dos juristas de analisar a continuidade da aplicação dos institutos até então utilizados com a existência da nova tecnologia *blockchain* no artigo *Como a utilização do blockchain pode afetar institutos jurídicos tradicionais*.

O quarto artigo que integra o periódico, *O Ministério Público e seu papel fundamental na efetivação dos direitos fundamentais e na integração dos sistemas que consititem a democracia*, escrito por Claudio Amaral Bahia e Fabiana Aparecida Menegazzo Cordeiro, mostra que a nova roupagem dada ao Ministério Público pela Constituição de 1988 é fundamental para a saudável estrutura do sistema democrático.

A possibilidade de impetração do mandado de segurança coletivo pelo Ministério Público é tratado no artigo de Marina Gomes de Souza, que, após abordar as teorias restritiva e ampliativa, concluiu pela possibilidade da utilização do writ coletivo pelo Ministério Público com fundamento para a legitimidade na própria Constituição Federal, ressaltando que a legitimidade foi reconhecida em julgados pelo Superior Tribunal de Justiça.

O último artigo desta edição aborda o tema *Reserva de vagas para pessoa com deficiência em concursos públicos: critérios legais e as decisões judiciais*, escrito por Jesce John da Silva Borges, o qual é afirmativo de que as decisões dos Tribunais Superiores, em razão de erros matemáticos, ocasionaram ilegalidades em concursos federais. O autor entende necessária uma reflexão das decisões judiciais sobre o tema, assim como que a Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência e a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência devem nortear essas decisões.

Finalizando, agradecemos os autores e os pareceristas que possibilitaram esta edição, contribuindo com a finalidade da *Atuação*, de difundir o conhecimento sobre as funções institucionais do Ministério Público.

Uma excelente e proveitosa leitura!

Amélia Regina da Silva
Promotora de Justiça
Editora-responsável

Pareceristas que atuaram no volume 14, número 30, de junho de 2019:

Alfredo Emanuel Farias de Oliveira (Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO)

André Machado Maya (Fundação Escola Superior do Ministério Público – FMP-RS)

Antonia Espindola Longoni Klee (Universidade Federal de Pelotas – UFPEL)

Carolina Ângelo Montolli (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC-MG)

Daniel Cenci (Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ)

*Elenise Felzke Schonardie (Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul
– UNIJUÍ)*

Emerson Gabardo (Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC-PR)

Flávia Piva Leite (Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP)

Flávio José Gonçalves (Tribunal de Justiça do Ceará – TJ-CE)

Geisa Lannes da Silva (Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro – MPRJ)

João Luiz Carvalho Botega (Ministério Público do Estado de Santa Catarina – MPSC)

Jonathan Cardoso Régis (Polícia Militar de Santa Catarina – PM-SC)

Jose Alberto Antunes de Miranda (Universidade La Salle – UNILASALLE)

Julia Heliodoro Souza Gitirana (Universidade Federal do Paraná – UFPR)

Juliana Izar Soares da Fonseca Segalla (Izar Segalla Advocacia e Consultoria)

Lucas Fucci Amato (Escola de Direito do Brasil – EDB)

Luiz Alberto Araujo (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP)

Luiz Fernando Bellinetti (Universidade Estadual de Londrina – UEL)

Mauricio da Cunha Savino Filó (Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC)

Nestor Araruna Santiago (Universidade de Fortaleza – UNIFOR)

Renata Mota Maciel Madeira Dezem (Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – TJ-SP)

Ricardo Marcondes Martins (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP)

Robério Nunes dos Anjos Filho (Ministério Público Federal – MPF)

Sonia Aparecida de Carvalho (Universidade de Passo Fundo – UPF)

Vivian Caceres Dan (Universidade do Estado de Mato Grosso – UFMT)